

A INFLUÊNCIA DA ORALIDADE NA ESCRITA DE PROFESSORES INDÍGENAS DO NORTE DE MATO GROSSO: uma análise sociolinguística em relatórios descritivos de práticas pedagógicas¹

Neusa Inês Philippsen¹
Jislaine da Luz²

RESUMO

A presente pesquisa, de caráter qualitativo-quantitativo, traz à baila a escrita de estudantes-professores indígenas com o objetivo de analisar as marcas da oralidade presentes na escrita de textos em língua portuguesa (LP), à luz da análise Sociolinguística. O *corpus* é composto de 14 textos produzidos por professores indígenas residentes no Território Nacional do Xingu, sendo as ocorrências distribuídas em categorias elencadas nos estudos de Bortoni-Ricardo (2004). Os resultados evidenciam que diante do contexto multilíngue, aprendizado inicial informal e escolarização tardia, o nível de proficiência em LP é aprimorado, com traços graduais também presentes na escrita de estudantes não-indígenas monolíngues.

Palavras-chave: Sociolinguística; oralidade; escrita; estudantes-professores indígenas.

Introdução

O presente artigo pressupõe, sobretudo, dois objetivos principais: i) estabelecer um vínculo mais estreito entre os estudos sociolinguísticos e o ensino bilíngue para indígenas, observando a proficiência em LP de professores indígenas multilíngues; e ii) investigar as relações e influências da oralidade com a modalidade escrita em LP, considerando o contexto intercultural em que o ensino pela oralidade é um aspecto cultural fortemente presente nas comunidades indígenas.

¹ Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo - USP (2013), pós-doutorado pela Universidade de São Paulo - USP (2018) e pós-doutorado pela Universität Augsburg - Alemanha (2022). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6576939578371604>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0406-3984>.

² Mestrado pelo programa de Pós Graduação PPGLetras (2018/2), na linha de pesquisa de Estudos Linguísticos, com enfoque na Sociolinguística Educacional e Dialectologia Pluridimensional. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1204728065934443>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6394-5787>.

¹ Pesquisa apresentada como exigência da disciplina Diversidade e aspectos variacionais em comunidades linguísticas no espaço Amazônico, ministrada pela Professora Dr(a). Marília Silva Vieira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação PPGLetras da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Sinop.

Se faz necessário um movimento reflexivo de pensar a língua nos atos de fala, nas interações sociolinguísticas reais da vida cotidiana, nos gêneros discursivos escolhidos para cada momento comunicativo, na funcionalidade da língua em uso e na relação do texto oral e escrito, considerando as competências discursivas necessárias para tanto, o que, de fato, é um exercício metalinguístico profundo e complexo.

Diante desse desafio, Paiva (2014) menciona as incertezas que compreendem essa dinâmica de como realmente acontece esse conjunto de fenômenos no ser humano, cabendo à pesquisa em si, o trabalho de investigar, em caráter muitas vezes experimental, o prisma científico desses processos, a partir de análise de fatores isolados ou inter-relacionados.

Iniciamos nossa reflexão a partir dos conflitos entre as modalidades da língua em uso, isto é, a oralidade e a escrita, as quais permeiam, de diferentes formas, a natureza de todas as línguas, perpassando, posteriormente, às nuances dadas pelas propostas contidas no cerne de políticas linguísticas e educacionais que normatizam o ensino das línguas em contextos interculturais, assim como também, elucidamos os prolegômenos da formação sociolinguística do Brasil.

Acerca da modalidade escrita, destacamos os contrapontos existentes como apontam Lima e Silva (2012), em que não há um consenso entre pesquisadores acerca do ensino da língua portuguesa no contexto indígena, especialmente, na questão da escrita, tendo em vista a característica ágrafa do ensino de línguas nessas comunidades. Entretanto, podemos afirmar que a análise dos dados evidenciados contribuiu para uma maior compreensão dos significados e dos aspectos que influenciam essa prática em LP indígenas multilíngues ou bilíngues.

Com esse intuito utilizamos como recorte analítico, uma amostragem de relatórios finais de disciplinas² de um curso de formação de professores indígenas realizado por uma determinada instituição de ensino superior, nos quais destacamos os desvios ortográficos oriundos de práticas da oralidade em produções textuais. Ressaltamos ainda que todos os textos são autorais de professores bilíngues, que

² Os relatórios finais de disciplinas foram coletados com autorização da instituição no ano de 2019, tendo as pesquisadoras assinado um termo de compromisso em manter anonimato dos nomes dos alunos e a utilização desses arquivos somente para fins de pesquisa.

possuem a língua indígena como L1 (língua materna) e a língua portuguesa como L2 (língua-alvo).

Como focamos na modalidade escrita em LP, consideramos como variáveis sociais os seguintes fatores: a) aprendizado inicial da língua portuguesa, sendo classificado em: i) formal (escolarizada) em que o aluno cursou do 5º a 9º anos; e ii) informal, com aprendizado da língua portuguesa, a partir dos contatos sem ensino; b) a variável ‘sexo’; e c) a etnia dos autores dos textos, em que esclarecemos a presença de duas denominações que se inserem em uma mesma etnia, no caso os Kayapó, em que há professores que utilizam a autodenominação como etnia Mebengôkrê³.

A língua portuguesa falada é um fator já consolidado entre eles, excetuando-se alguns casos de interlíngua em comunidades mais isoladas do Xingu, ao norte do estado de Mato Grosso. A questão da escrita se insere nesse contexto, fomentada principalmente, por iniciativas de formação inicial e continuada para professores indígenas nas aldeias com ensino bilíngue.

Em princípio, o que se propõe é a assimilação da modalidade como um instrumento de defesa e resgate/manutenção cultural dos povos indígenas, por meio do conhecimento e interpretação das leis, essas escritas em língua portuguesa, e registros dos mecanismos de sua própria língua através de estudos descritivos, em uma tentativa de enfrentar o silenciamento historicamente imposto.

Para abordarmos as variações da fala transpostas para a escrita em LP, valemos-nos de estudos de Lemle (1978) e Bortoni-Ricardo (2004) e Lucchesi (2015) e Lucchesi e Macedo (1997), voltados a Sociolinguística, aos contatos e à Sociolinguística Educacional, analisados suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem bilíngue em escolas indígenas.

Conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (FREITAG, 2013), o ensino da LP no Território Indígena do Xingu configura-se como língua adicional ou segunda língua, em que

³ Os Kayapó também se autodenominam como Mebêngôkre, etnônimo, cuja tradução ao pé da letra seria algo como “os que vieram (me bê), água (ngô), buraco (kre)”, tradução com base nas informações dadas pelos indígenas como “aqueles que vieram do buraco da água”.

podemos destacar a presença de falantes bilíngues e multilíngues como docentes na disciplina de LP. Para aclarar a formação linguística dos autores dos textos utilizados no presente estudo, Lucchesi e Macedo (1997) nos apresentam o perfil sociolinguístico Xingu, como segue:

Atualmente o panorama linguístico do Parque compreende uma escala que vai desde os índios monolíngues até aqueles que dominam uma variedade bastante próxima ao português normal, conservando todos os índios a sua língua materna, mantendo-se, portanto, o português na condição de língua segunda entre os índios. Essa gama de variável de proficiência no português inclui, segundo Emmerich (1984), variedades pidginizadas do português. Ainda segundo essa autora, o quadro de variação observado pode ser classificado, assim, como dispidginizante. (LUCCHESI e MACEDO, 1997, p. 20).

Os pressupostos teóricos abordados, vêm trazendo grande contribuição para a compreensão do funcionamento da escrita no início da escolarização intercultural na região do Xingu, mostrando o quanto é necessário compreender a importância linguística que é dada à LP pelos xinguanos, bem como demonstrar de maneira crítica o processo cognitivo em que se encontram os docentes indígenas bilíngues.

No que concerne ao aprendizado da modalidade escrita em LP, a primeira dificuldade está na pouca variação morfossintática se comparada à oralidade, mais evidentes nos aspectos lexicais e construções fonético-fonológicas. Entretanto, essas variações regulares em LP não correspondem às estruturas morfossintáticas de suas línguas indígenas em vários aspectos, como, por exemplo, na ordem dos constituintes ou na concordância verbo-nominal e de gênero, como já analisado por Lucchesi e Macedo (1997).

Outra questão está nas formas de ensinar e aprender uma língua contexto indígena, que se dá, prioritariamente, pela oralidade. No que concerne à língua portuguesa, a inserção da escrita pela escola veio após o contato com a oralidade, em situações informais de aprendizado na comunicação do não-indígena com o indígena, o que gerou um português utilizado para fins de contato, que foi se aprimorando com o aumento da frequência cada vez maior da presença de indígenas em áreas urbanas e com o ensino bilíngue então instituído nas aldeias.

Assim, coadunamos com a premissa de Labov (2008 [1972]), de que não há uma língua homogênea e as variações sempre ocorrerão, assim como as interferências da fala na escrita, independentemente de ser uma língua materna ou uma língua em processo de aquisição, como a LP no Território Indígena do Xingu, indo muito além de questões morfológicas da(s) língua(s), lançando mão dos sentidos atribuídos nos usos dessa(s) língua(s) (NARO; SCHERRE, 1991).

A Sociolinguística e as questões educacionais em língua portuguesa para os povos indígenas no Brasil: uma retomada necessária

Podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é a língua falada em seu contexto real de uso, levando em consideração a interação entre diversos fatores das línguas naturais. As variações inerentes às línguas aparecem como fatores principais de análise, coadunando que mudanças nas línguas são influenciados por esses fatores e, como consequência, influenciam o comportamento linguístico de seus falantes, o que caracteriza uma comunidade de fala. Mollica (2003) define essa área da seguinte maneira:

Estuda a língua em uso nas comunidades de fala, voltando atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo. (MOLLICA, 2003, p. 10).

A diversidade que as línguas apresentam está diretamente relacionada com os fatores intra e extralinguísticos que favorecem o aparecimento de fenômenos na língua, os quais podem ser pesquisados pela Sociolinguística que, sendo uma ciência ampla e profícua no campo da pesquisa científica, engloba também uma gama de ramificações e métodos. Um dos princípios basilares que a Sociolinguística traz em seu bojo de pesquisas, refere-se ao poder simbólico de uma língua sobre e para seus falantes (BOURDIEU, 1996), politicamente e socialmente, classificando as variedades faladas em padrões mais aceitáveis e menos aceitáveis.

Assim, a variedade de maior poder corresponde a de maior prestígio, o que influencia na estigmatização das línguas, ou das variações de uma mesma língua, adotadas por grupos minoritários/minorizados de falantes, ou de menor prestígio, dicotomia essa que alimenta a visão da língua enquanto símbolo de poder e unificação de um povo, ou seja, tudo que difere desse padrão acaba sendo refutado ou silenciado, como foi, e continua sendo, o caso das línguas indígenas no Brasil, com o apagamento linguístico histórico pelo qual as populações indígenas passam desde os primeiros contatos com o não-indígena invasor, em 1500.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, é um exemplo prototípico de como a língua oficial é reflexo do olhar homogêneo sobre uma nação, visto que, mesmo diante de uma situação evidente de multilinguismo no país, apenas recentemente, no ano de 2010, algumas poucas línguas puderam ser consideradas cooficiais no país, reconhecidas legalmente, porém, somente em âmbito municipal (LUZ, 2019).

Com isso, temos na hierarquia linguística fatores que configuram socialmente e culturalmente as comunidades de fala que valoram na língua portuguesa brasileira as noções de juízos em relação ao português “mais correto, bem falado” e ao “português mais feio, errado”. Todavia, as variações da língua portuguesa não resultam de um processo de isolamento de uma língua que se aprimorou com o tempo, mas sim resultado da interrelação sócio-histórica natural das línguas, contrapondo as ideias de um purismo linguístico que nunca existiu, conforme pondera Faraco (2004):

Tal perspectiva está, muitas vezes, presente no universo conceitual e axiológico dos falantes da norma culta, como fica evidenciado pelos julgamentos que costumam fazer dos falantes de outras normas, dizendo que estes “não sabem falar”, “falam, mal”, “falam errado”, “são incultos”, são ignorantes” etc. (FARACO, 2004, p.39).

Os estudos sociolinguísticos possuem papel fundante na desmistificação desses preconceitos e estigmas, herdados e vigentes atualmente, os quais se arrastam na história dos falares brasileiros. Cabe à escola promover a democratização linguística, combatendo a visão arraigada de “certo” e “errado” e ponderando acerca do “adequado”

e “inadequado”, no que tange aos usos das línguas falada e escrita como modalidades presentes nas interações sociolinguísticas em sala de aula e fora dela.

Na escrita, por exemplo, a inadequação é um indicativo e não pode ser tomado na perspectiva de um problema a ser corrigido, em que tão logo apareça deve ser destacado ou circulado no texto. Se analisarmos do ponto de vista da Sociolinguística Educacional, teremos que considerar a formação sociolinguística do estudante, o qual pertence e se identifica com uma certa comunidade de fala para percebermos quais recursos comunicativos precisam ser fortalecidos ou ampliados, sejam eles no âmbito da oralidade ou da escrita, mas localizando em seu discurso as adequações necessárias a cada contexto.

Ressaltamos que não sugerimos que o estudo da norma-padrão seja negligenciado nas aulas de LP, mesmo no caso do ensino bilíngue em escolas indígenas, porém, é imprescindível pensar em políticas de ensino e valorização das línguas minoritárias e do respeito à diversidade linguística da língua portuguesa brasileira.

No âmbito escolar, enquanto práticas pedagógicas e ensino formal da língua materna, é fundante em um aporte teórico-metodológico aberto aos diversos saberes e representações linguísticas que perpassam a formação sociolinguística dos professores e estudantes nos diferentes contextos pelos quais transitam, considerando também no uso das modalidades da língua as suas identidades culturais.

A Sociolinguística Educacional, inaugurada no Brasil na década de 1980 pela pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo, tem apresentado em diversas pesquisas a necessidade de uma abordagem de ensino que considere a variação da língua portuguesa brasileira (BAGNO, 2013), para que os alunos desenvolvam as habilidades cognitivas necessárias, tanto na aprendizagem formal e escolarizada, quanto para que abarquem o conhecimento da língua em situações de uso diferenciadas, propondo um ensino culturalmente sensível às identidades linguísticas minoritárias e socialmente desprestigiadas.

Ao transpor os conceitos do ensino das línguas e das análises sociolinguísticas dos usos da língua portuguesa no contexto intercultural, adentramos em uma realidade de bilinguismo ou multilinguismo localizado no Brasil (LUCCHESI, 2015), na qual as

questões intra e extralinguísticas que interferem na aprendizagem da língua materna (LP ou indígena) se ampliam para o âmbito da formação linguística dos sujeitos que não a compreendem como língua materna.

Além de influências das competências discursivas e adequação aos diferentes contextos de uso, há intrínseco os sentidos do ensino de uma determinada língua em cada comunidade, ou seja, há motivações coletivas que os docentes indígenas representam no ensino e aprendizado das línguas, seja indígena ou LP. Assim, os processos de oralidade e escrita, estão inseparáveis da relação com a língua que transcende o código ou a palavra, pois há o sagrado e o afetivo envolvidos nestes atos.

A fim de abranger a formação sociolinguística do Brasil e entender melhor essa relação com o ensino da LP em contextos interculturais, é necessário retomar o percurso dos contatos linguísticos que foram se estabelecendo e as transformações que estes ocasionaram para as línguas.

As necessidades comunicativas que se estabeleceram nas diferentes circunstâncias sócio-históricas, retornam à questão da função da língua em cada contexto. Inicialmente, o processo de formação linguística do Brasil é resultante, de um lado, do léxico do português europeu introduzido pelo colonizador e de outro, o multilinguismo indígena generalizado, culminando em fenômenos linguísticos para ambas as línguas, os quais desconstroem a noção da língua ‘pura’ presente no imaginário social.

Esse mesmo processo é somado ao posterior contato com as línguas africanas, o que Lucchesi (2015) define como um movimento de constante polarização da língua portuguesa brasileira, tendo em vista que a situação sociolinguística do país sempre representou o conflito de dois polos linguísticos, e não sua congruência.

Após essa breve retomada histórica, sobrevém a discussão atemporal acerca de outro conflito que engloba os direitos ao aprendizado formal da LP e os direitos de grupos linguísticos minoritários, o que recai sobre a presença da escola e do ensino formal escolarizado bilíngue, especificamente em contextos indígenas, ambos tomados como direitos legais contemplados pela Constituinte de 1988, que prevê que as formas

dessa implementação deveriam surgir da significação que as comunidades indígenas atribuem, através da formação de docentes indígenas conhecedores dessa realidade.

O que a Constituição assevera, portanto, é um ensino bilíngue que perpassa a intenção do trabalho docente na perspectiva do desenvolvimento da proficiência em língua portuguesa (LUCCHESI e MACEDO, 1997) como um direito de aprendizagem inerente e necessário, mas que não pode anular o direito de uso e aprendizado de sua língua indígena materna, também no ensino formal, ambos atuando como instrumentos de luta e resistência às diversas formas de silenciamento cultural.

Caminhos metodológicos

Esta é uma pesquisa quanti-qualitativa que procurou descrever e analisar os fenômenos linguísticos evidenciados em textos escritos do gênero relatório descritivo, influenciados pela oralidade.

Os relatórios descritivos são de atividades arquivadas de professores-estudantes de um curso de formação de professores realizada por uma instituição pública de ensino superior do estado de Mato Grosso, oferecido a indígenas das etnias Panará, Kaiapó (Mebengokrê) e Tapayuna realizado no Território Indígena do Xingu, cujo término ocorreu no ano de 2011.

Objetivou-se analisar as marcas da oralidade presentes em registros escritos em Língua Portuguesa, sendo que, para tanto, utilizamos a metodologia de estudo das categorias sugeridas em estudos de Bortoni-Ricardo (2004) para tratamento analítico dos dados encontrados.

A escolha do material

Para este artigo, foram analisados 14 textos do gênero relatórios descritivos, com aproximadamente o mesmo número de palavras, em média 100 palavras em cada texto, escritos por professores-estudantes indígenas de um curso de formação para o magistério indígena de uma instituição de ensino superior pública de Mato Grosso.

Do total de textos, 10 são de professores-estudantes que passaram pelo processo informal de aprendizagem da Língua Portuguesa, através de contatos com o não-

indígena falante de língua portuguesa; e 4 textos de professores-estudantes que completaram seus estudos entre o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, ou seja, a aprendizagem formal da língua já no contexto escolarizado, dos quais foram extraídos os dados relacionados à interferência da oralidade na escrita de textos em Língua Portuguesa.

Na variável ‘sexo’, constatamos que não havia estudantes indígenas mulheres, uma característica da organização social em (algumas) comunidades indígenas tradicionais, sendo que a turma de formação de docentes indígenas era formada apenas por participantes do sexo masculino, portanto, a variável ‘sexo’ nos textos foi de predominância do gênero masculino.

As variáveis referentes à escolaridade e etnia foram obtidas por meio da ficha de matrícula constante na documentação dos alunos. Os textos coletados são resultantes de práticas de formação realizada por professores não-indígenas que ministravam as disciplinas constantes no histórico do projeto.

Resultados e análise de dados

Para elucidarmos o viés utilizado na análise dos dados, seguem alguns exemplos das categorias referentes às interferências fonológicas categóricas presentes nos estudos de Bortoni-Ricardo (2004), as quais subsidiarão a classificação das ocorrências presentes nos textos utilizados neste recorte.

Quadro 3 – categorias de análise das interferências de fenômenos fonético-fonológicos na escrita (cf. BORTONI-RICARDO, 2004).

Categoria (1)
a) Vocábulos fonológicos constituídos de duas ou mais formas livres ou dependentes grafados como um único vocábulo formal, como em ‘atrabalhar’, ‘uque’.
b) Neutralização das vogais anteriores /e/ e /i/ e das posteriores /o/ e /u/ em posição pós-tônica ou pré-tônica, como em ‘piqueno’ e ‘quenti’.
c) Nasalização de ditongo por assimilação progressiva, como em ‘muinto’.

Categoria (2)
a) Despalatalização das sonorantes palatais, como em ‘olhar’ - ‘oliar’.
b) Monotongação, como em ‘outro’-‘otro’.
c) Queda do /r/ como marca de infinitivo, como em ‘andar’ - ‘anda’.
Categoria (3)
a) Semivocalização do /k/, como em ‘velho’ - ‘veio’.
b) Troca do /r/ pelo /l/, como em ‘sirva’ - ‘silva’.
c) Metátese, como em ‘satisfeito’ - ‘sastifeito’.
d) Assimilação: comendo/comeno, plantando/plantano.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Antes de iniciar a análise de dados propriamente dita, se faz necessário estabelecer as diretrizes que sustentam o ensino da LP na escola, em que há uma tendência à priorização da modalidade escrita e ao esquecimento das práticas orais da língua, assim como a negação da natural interferência de uma modalidade sobre a outra, não havendo uma estremação entre essas práticas que se retroalimentam.

Nesse sentido, Cagliari (2003) pondera acerca do fato que antecede ao ensino formal escolarizado, uma vez que a experiência linguística de todo ser humano é relativa à oralidade, o momento de produção escrita torna-se uma oportunidade de transpor o conhecimento construído pela oralidade e, como processo, esse evento de oralidade estará presente nas práticas de letramento (BORTONI-RICARDO, 2004).

Dessa forma, como categorias extralinguísticas, levamos em conta a variável que categoriza o aprendizado da língua portuguesa em dois grupos: ‘formal (escolar)’ ou ‘informal (outros contatos)’. A variável da aprendizagem ‘formal’ ou ‘informal’ foi um ponto preponderante para observarmos uma possível diferença na performance escrita dos professores-estudantes em relação aos desvios gramaticais, já que possuem características de formação sociolinguísticas distintas. A seguir, no quadro 1, temos o número de textos analisados e o número de dados encontrados em cada categoria.

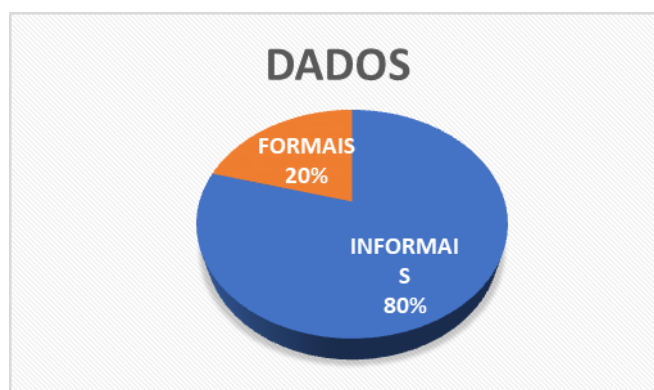
Quadro 1 – Relação do número de textos/dados

Etnia / tipo de aprendizado da Língua Portuguesa	Formal (escolarizado/ Ensino Fundamental)		Informal (outros contatos)	
Kaiapó (Mebengokrê)	2 textos	04 dados	3 textos	07 dados
Panará	-	-	4 textos	11 dados
Kaiapó	1 texto	1 dados	-	-
Tapayuna	1 texto	1 dados	3 textos	6 dados
TOTAL: 14 textos / 30 dados				

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

O gráfico abaixo demonstra as porcentagens do quadro 1, conforme a primeira categoria de análise, correspondente ao fator extralinguístico ‘aprendizado da Língua Portuguesa’.

Gráfico 1 – Aprendizado da língua portuguesa pelos informantes



Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Conforme é possível perceber, os desvios gramaticais concentram-se, especialmente, na ortografia de textos escritos pelos professores-estudantes indígenas classificados pela aprendizagem da Língua Portuguesa informal, sendo que há uma grande recorrência na escrita desse grupo em comparação ao grupo de aprendizagem formal ou escolarizado da língua.

Os resultados obtidos já eram, de certa forma, esperados, pois a prática de letramento escrito é o objeto mais trabalhado na escola, mesmo em contextos interculturais, e, levando em consideração as vivências mais ampliadas dos sujeitos do

grupo 2 (aprendizado formal) com textos escritos, há um aprimoramento prático dessa competência comunicativa no que se refere à significação, como pondera Antunes (2014):

Somente no curso dos textos é que podemos ver as funções das categorias gramaticais na produção de sentido e das intenções que se pretende expressar. Essas categorias não são apenas exigências da norma padrão ou regularidades da norma culta. (ANTUNES, 2014, p. 86).

A variável ‘etnia’ foi considerada tendo em vista a possibilidade de percebermos as formas de aprendizado e a compreensão significativa gradual das normas referentes aos textos escritos em Língua Portuguesa, considerando que a formação continuada poderá valer-se desses dados para futuras ações complementares à formação inicial dos professores indígenas egressos do curso em nível de magistério, os quais apresentamos no quadro 2:

Quadro 2 – Relação do número de dados por etnia

Etnia / tipo de aprendizado da Língua Portuguesa	Formal (escolarizado/ Ensino Fundamental)	Informal (outros contatos)
Kaiapó (Mebengokrê)	66,6%	29,2%
Panará	-	45,8%
Kaiapó	16,7%	-
Tapayna	16,7%	25%
TOTAL	6 = 100%	24 = 100%

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Em relação ao quadro 2, é possível evidenciar as dificuldades na diferenciação das normas aplicadas às modalidades orais e escritas, presentes nas duas categorias, podendo ser indicativo para um trabalho de percepção da variação linguística oral em gêneros escritos e a adequação da escrita, segundo a norma-padrão, em outros estilos de

textos, ampliando, assim, o arcabouço de experiências necessárias à compreensão dos usos da LP em cada modalidade.

No entanto, para que não se torne uma ação mecânica na escola indígena, é necessário considerar os letramentos locais (STREET, 2014), os saberes tradicionais e as funções da LP em uma relação mais direta com as necessidades de cada comunidade, assim como também no caso da língua indígena. Ademais, há possibilidade da construção de um maior apoio contextual para o uso de uma determinada modalidade em ambas as línguas e, com isso, uma assimilação mais significativa ao utilizar a língua-alvo (LP), que inicialmente é resultante de em uma ação hipotética de tentativas, o que ocasiona, portanto, a recorrência desses fenômenos na escrita.

Partindo da base de categorias em Bortoni-Ricardo (2004), classificamos a hipossegmentação na categoria correspondente a erros, decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas. Esse fenômeno ocupa 10% dos desvios encontrados nos textos analisados, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – fenômenos recorrentes nos textos



Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

No que tange aos desvios decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis graduais, a monotongação, a queda do /r/ como marca de infinitivo e o alçamento, são fenômenos frequentemente encontrados em textos em diferentes níveis de aprendizagem da escrita, especialmente, em situações menos monitoradas e que apresentam uma relação direta com a oralidade.

Em nosso recorte, encontramos o quantitativo de 23% de apagamento do /r/ como marca de infinitivo; 3% de monotongação e 7% de monotongação de ditongos de sílabas finais fechadas em situação de desinência verbal 'ou' e alçamento (7%). Isso corrobora a ideia de Miranda (2008) de que é frequente o encontro de um número

significativo de desvios, envolvendo a grafia do ‘e’ na postônica final, como nas palavras ‘indígina’ para ‘indígena’ e ‘ária’ para ‘área’.

Da categoria de desvios decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas, encontramos os fenômenos de metátese e assimilação, porém, em um pequeno percentual de apenas 3% em ambos os casos. Apesar de serem bastante comuns, essas marcas são estigmatizadas e relacionadas a fatores extralinguísticos como a baixa escolaridade, porém, não foram recorrências significativas nos textos dos professores-estudantes indígenas, demonstrando que nos dois grupos há uma diferenciação entre L1 e L2 sendo consolidada nesse aspecto.

Apesar de não nos aprofundarmos em cada um dos fenômenos recorrentes da influência da oralidade sobre a escrita dos professores-estudantes indígenas, é importante salientarmos que esses dados são comuns a todas as comunidades de fala, como é o caso da monotongação do ditongo ‘ou’, conforme afirma Bortoni-Ricardo (2004), encontrados também nos contínuos urbanos, rurais e rurbanos, não sendo tomados na perspectiva de variação estigmatizada da língua.

Entretanto, é somente através dos letramentos e da compreensão do lugar da escrita no ensino intercultural é que a competência escritora se torna mais ampla. Outrossim, esse fator linguístico também se relaciona claramente à oportunidade de acesso ao ensino formal escolarizado tardio para as comunidades indígenas.

Em relação à influência da língua materna indígena nos textos, há que considerarmos algumas dificuldades, embora em pouca frequência, nas construções dos enunciados, especialmente, no que concerne à professores-estudantes indígenas que ainda não possuem a proficiência oral consolidada em língua portuguesa.

Tendo em vista que, na tradição da escolha desses docentes, está como critério o conhecimento da língua portuguesa falada e escrita, sendo essa a língua-alvo para o ensino bilíngue na escola indígena, os docentes designados representantes de suas etnias não apresentam influência de léxico de suas línguas maternas nas textualizações encontradas nos relatórios, tampouco problemas de concordância de gênero recorrentes em algumas aldeias xinguanas (LUCCHESI e MACEDO, 1997).

Salientamos que para um estudo comparativo com maior fidedignidade de dados entre as línguas indígenas e a língua portuguesa, no que se refere à influência de uma sobre a outra, seria antes necessário a realização de estudos descritivos mais aprofundados das línguas indígenas das etnias mencionadas. Entretanto, algumas dessas línguas ainda carecem de pesquisas linguísticas e antropológicas, o que inviabiliza a comparação e análise para o presente recorte.

Em suma, descrevemos brevemente os fenômenos que evidenciam a proficiência escrita em língua portuguesa dos professores-estudantes indígenas xinguanos, abordando também alguns aspectos que ambientam o ensino da língua portuguesa em contextos multilíngues, demonstrando, com isso, a relação de diglossia referente ao bilinguismo associada a uma complexa estrutura social e política que ainda perdura no ritmo colonial.

Considerações finais

Os fenômenos linguísticos encontrados nos textos escritos por professores-estudantes indígenas motivados pela influência da oralidade, em contexto intercultural indígena, sendo os sujeitos bilíngues/multilíngues, evidenciam um aprimoramento da proficiência em LP, mesmo essa não sendo a língua materna dos estudantes dessa região do Xingu, localizada ao norte de Mato Grosso.

O aprendizado formal da LP e a presença da escola nas aldeias no Território Indígena do Xingu, são oportunidades de ampliação de recursos comunicativos dessa língua-alvo para professores e estudantes indígenas, cujo aprendizado está diretamente relacionado à reivindicação dos direitos e proteção comunitária em relação às diversas políticas sociais no Brasil, assim como infere na permanência dos alunos em suas aldeias para a manutenção cultural e identitária. A proficiência na escrita em língua portuguesa, nesses contextos, é fundamental inclusive em relação ao registro e pesquisa de suas próprias culturas e línguas.

Assim, a língua portuguesa se torna um instrumento de ampliação do conhecimento da cultura indígena pelo outro, o não-indígena, na tentativa de combater os diversos preconceitos sociais e linguísticos, desmistificando a imagem cristalizada do

indígena genérico, além de fortalecer a luta contra a negligência aos direitos dos povos indígenas, tão frequentes no Brasil.

Consideramos que os aspectos sociolinguísticos que permearam as práticas pedagógicas e contemplaram os gêneros escritos analisados, em formato de relatório descritivo, foram inseridos como somatório à cultura e não como sobreposição a ela. Desse modo, a ressignificação do ensino bilíngue passa a fomentar a autonomia dos docentes e estudantes indígenas no uso dos recursos comunicativos escolhidos em suas interações com indígenas e não-indígenas, conforme suas necessidades.

Ademais, não tivemos a pretensão de esgotar o estudo do tema, pois há ainda uma gama de possibilidades acerca da influência da oralidade na escrita em língua portuguesa pelos indígenas xinguanos. Intencionamos, com este estudo, colaborar com o ainda pequeno repertório científico de pesquisadores indígenas e não-indígenas que estudam a língua portuguesa brasileira falada em contextos educacionais indígenas multiétnicos como se configura atualmente o Território Indígena do Xingu.

Referências

ANTUNES, I. *Gramática contextualizada: 'limpando o pó das ideias simples'*. 1. ed. São Paulo. Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, M. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo. Parábola Editorial, 2013

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna – A sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, Editora da USP, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. 10ª ed. São Paulo: Scipione, 2003.

FARACO, C. A. *Escrita e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004, p.37-61.

FREITAG, R. M. K; GÖRSKI, E. M. O papel da Sociolinguística na formação dos professores de língua portuguesa como língua materna. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (Org.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa*. Coleção Ciências da Linguagem

Revista de Letras Norte@mentos

Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFRN, 2013. p. 13-52.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 53/54, 1978.

LIMA, J. D. M. *Difusão lexical na vibrante final*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

LIMA e SILVA, M. ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA EM COMUNIDADES INDÍGENAS KAINANG. *Anais do SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 1-14. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_237.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LUCCHESI, D. *Língua e Sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo. Contexto, 2015.

_____; MACEDO, A. *A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu*. Papia, v. 9, 1997. P. 20-36.

LUZ, J da. *O “silêncio falado” e a cooficialização das línguas brasileiras*. 2018. Disponível em: < <http://sinop.unemat.br/site/2018/09/o-silencio-falado-e-a-cooficializacao-das-linguas-brasileiras/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MIRANDA, A. R. M.; MEDINA, S. Z.; SILVA, M. R. da. O Sistema Ortográfico do Português Brasileiro e sua Aquisição. *Linguagem e Cidadania*. Revista Eletrônica, UFSM. Julho/dezembro, 2005; edição 14.

_____, A. R. M. A aquisição ortográfica das vogais do português: relações com a fonologia e a morfologia. *Revista Letras* (Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM), n° 36, janeiro/junho de 2008.

MOLLICA, M. C. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. "Da Gênese de Grupos Consonantais ao Português Contemporâneo". *Revista Terceira Margem*, Pós-Graduação em Letras da UFRJ, ano 1, n° 1, 1993, p.136-40.

NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. Variação e Mudança Lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. In: *Cadernos Estudos Lingüísticos*. Campinas (20): 9-16, Jan/Jun. 1991.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Aquisição de segunda língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução: Marcos Bagno. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

**THE INFLUENCE OF ORALITY IN THE WRITING OF INDIGENOUS
TEACHERS FROM THE NORTH OF MATO GROSSO: a sociolinguistic
analysis in descriptive reports of pedagogical practices**

ABSTRACT

The present research, of a qualitative-quantitative character, addresses the writing of indigenous student-teachers in order to analyze the traces of orality present in the writing of texts in Portuguese (LP), through the bias of Sociolinguistic analysis. The corpus is composed of 14 authorial texts written by indigenous teachers residing in the National Xingu Territory, with the occurrences distributed in categories according to studies by Bortoni-Ricardo (2004). The results show that even in the multilingual context, informal initial learning and late schooling, the level of oral and written proficiency in LP is refined, with gradual features common to monolingual non-indigenous texts.

Keywords: Sociolinguistic; orality; writing; indigenous students-teachers.